

## Formulário de Resposta aos recursos – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS GESTÃO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 31 TIPO 2: 37 TIPO 3: 36	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A primeira assertiva está correta, pois o “Choque de Gestão” foi efetivamente estruturado em duas fases complementares. O período inicial, entre 2003 e 2006, concentrou-se no ajuste fiscal, reorganização administrativa e fortalecimento institucional, enquanto a fase subsequente, de 2007 a 2010, priorizou a entrega de resultados concretos à população, com foco em desempenho, metas e eficiência na gestão pública.</p> <p>A segunda assertiva também é verdadeira. A reorganização do sistema de saúde mineiro ocorreu, conforme amplamente documentado, por meio da regionalização e hierarquização da atenção à saúde, estruturada em 75 microrregiões e 13 macrorregiões sanitárias, com a implantação de redes integradas de atenção. Essas redes foram desenhadas para enfrentar a tripla carga de doenças, articulando atenção primária, secundária e terciária, além de sistemas de apoio como regulação, diagnóstico, assistência farmacêutica, informação e transporte sanitário.</p> <p>A terceira assertiva igualmente procede. O PRO-HOSP consolidou-se como instrumento central da modernização hospitalar, voltado à qualificação dos hospitais considerados socialmente necessários. Paralelamente, o programa Farmácia de Minas reorganizou a assistência farmacêutica no estado, com padronização das unidades, ampliação e qualificação da oferta de medicamentos básicos, estratégicos e de alto custo, além de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>estímulos à estruturação estadual do setor.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
<p>TIPO 1: 38</p> <p>TIPO 2: 41</p> <p>TIPO 3: 31</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A assertiva considerada incorreta é aquela que afirma que “os motivos do ato podem ser reinterpretados pela autoridade pública para adaptação a interesses do agente”. Tal proposição contraria frontalmente a teoria dos motivos determinantes, amplamente consolidada na doutrina e na jurisprudência do Direito Administrativo brasileiro.</p> <p>Os motivos do ato administrativo consistem nos pressupostos de fato e de direito que fundamentam a prática do ato. Uma vez explicitados, vinculam a Administração, ainda que o ato seja discricionário. A autoridade administrativa não pode reinterpretar, substituir ou ajustar os motivos posteriormente para adequá-los a interesses pessoais ou conveniências do agente, sob pena de nulidade do ato por vício de motivo e, eventualmente, por desvio de finalidade.</p> <p>As demais proposições estão corretas e em consonância com o entendimento doutrinário dominante. A competência é elemento sempre vinculado e somente pode ser alterada por lei. A presunção de legitimidade permite a produção imediata de efeitos do ato até prova em contrário. A anulação decorre de ilegalidade, enquanto a revogação se relaciona ao mérito administrativo. A finalidade, por sua vez, deve sempre atender ao interesse público, sendo ilícito qualquer desvio.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

<p>TIPO 1: 41 TIPO 2: 48 TIPO 3: 45</p>	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A ferramenta adequada à situação descrita é aquela desenvolvida especificamente para identificar atividades críticas, estabelecer a sequência lógica das tarefas, calcular folgas e avaliar os impactos de atrasos sobre o prazo final do projeto. Esses elementos caracterizam, de forma objetiva, a aplicação do Critical Path Method (CPM), técnica clássica de gestão de projetos voltada à análise temporal e ao controle de cronogramas em projetos de alta complexidade.</p> <p>O Método permite identificar quais atividades não possuem folga e, portanto, exigem atenção prioritária da equipe gestora, pois qualquer atraso nelas compromete diretamente o prazo global do projeto. Trata-se de uma ferramenta operacional, orientada à programação, ao sequenciamento e ao monitoramento de prazos.</p> <p>As demais alternativas não atendem ao escopo apresentado. O Balanced Scorecard está voltado ao desdobramento estratégico e ao monitoramento de desempenho organizacional. O Gerenciamento pelas Diretrizes foca no alinhamento estratégico e na gestão por metas. O benchmarking estratégico busca comparação de práticas entre organizações. A análise de valor agregado, embora relacionada ao controle de projetos, concentra-se na integração entre custo, prazo e desempenho, não sendo estruturada especificamente para identificação de caminhos críticos.</p> <p>Dessa forma, a resposta mantida pela banca encontra-se tecnicamente correta e plenamente alinhada à literatura de gestão de projetos.</p>	<p>INDEFERIDO</p>	<p>GABARITO MANTIDO</p>
---	--	-------------------	-------------------------

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.		
TIPO 1: 46 TIPO 2: 42 TIPO 3: 38	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve, de forma inequívoca, o conteúdo normativo previsto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, ao exigir que todo ato de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e de demonstração de compatibilidade com as metas fiscais e com os instrumentos de planejamento orçamentário. Trata-se de requisito formal de validade do ato administrativo que implique aumento de despesa, conhecido na doutrina e na legislação como adequação orçamentária e financeira.</p> <p>Entretanto, nenhuma das alternativas apresentadas reproduz corretamente esse instituto jurídico. A alternativa inicialmente indicada no gabarito preliminar refere-se à exigência de compensação, instituto diverso, aplicável apenas a hipóteses específicas previstas nos arts. 14 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não se confundindo com a exigência geral descrita no enunciado. Além disso, a legislação não utiliza a expressão empregada na alternativa, o que afasta sua correção técnica.</p> <p>A alternativa que conceitualmente se aproxima do instituto correto apresenta erro terminológico relevante, ao empregar expressão inexistente no Direito Financeiro e incompatível com a literalidade da Lei Complementar nº 101/2000, o que compromete sua validade como resposta. As demais alternativas tratam de institutos estranhos ao comando normativo descrito no texto da questão.</p>	DEFERIDO	ANULADA

	Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO DEFERIDO E QUESTÃO ANULADA.		
--	--	--	--